

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 08 DE OUTUBRO DE 2008.

Aos oito dias do mês de outubro de dois mil e oito, às nove horas, realizou-se a Décima REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE – COMDEMA, no auditório da PRODESAN, sito à Pça. Dos Expedicionários nº. 10, com a seguinte ordem do dia: 1- Leitura, discussão e aprovação da ata da 9ª. Reunião Ordinária; 2 – Apresentação do tema "Unidade de Conservação do Rio Jurubatuba" pela SEMAM; 3 – Apresentação Programa "Santos Novos Tempos"; 4 - Comunicados da Secretaria; 5 – Assuntos Gerais. Não compareceram à reunião os seguintes representantes: DEDEC, SEDUC, SEFIN, SMS, SEAS, SECULT, DEPARTAMENTO DE REVITALIZAÇÃO URBANA, UNILUS, UNISANTOS, UNIMES, ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, ABES, OAB, SOROPTIMIST INTERNACIONAL SANTOS/PRAIA, SOS ORQUIDÁRIO ÍNTEGRO E DEFESA AMBIENTAL, COMEB e apresentaram justificativa de ausência: SEAJUR, CET e UNIMONTE. Iniciando a reunião, o Presidente cumprimentou a todos e leu a convocação. Perguntou se os conselheiros receberam a ata, e em seguida colocou-a em votação e obteve sua aprovação por unanimidade. No segundo item da pauta, o Secretário de Meio Ambiente Flávio R. Corrêa, explicou que a SEMAM e o IBAMA foram convidados pelo Dr. Daury de Paula Júnior – Promotor Público - para discutirem a utilização da compensação ambiental a ser paga pelas empresas Citrosuco Cutrale e a Oceanus Agência Marítima, em função do derramamento de óleo ocorrido na Baía de Santos, razão pela qual o Projeto do Parque Municipal do Jurubatuba está sendo apresentado ao COMDEMA. A seguir a Eng^a. Ligia Maria Comis Dutra, Chefe do Departamento de Controle Ambiental da SEMAM, passou a explicar todas as etapas do projeto e a importância de ser criada uma Unidade de Conservação, começando pela avaliação dos dados para a seleção da área, que foram levantados após análise minuciosa da equipe técnica da SEMAM. Em seguida falou da possibilidade obtenção de recursos para a implantação desta Unidade de Conservação, que poderá ser contemplada com verbas através do Conselho Estadual de Meio Ambiente. Mostrou, através de mapas, algumas Unidades de Conservação já existentes, e a localização do Parque Municipal do Jurubatuba, que estará inserido dentro da faixa de amortecimento do Parque Estadual da Serra do Mar, cuja região é considerada altamente rica, pela biodiversidade e quantidade de bacias hidrográficas ali existentes. Ressaltou que o objetivo principal do projeto é de proteger os recursos naturais, destacando a importância dos rios para o equilíbrio da qualidade ambiental do município de Santos, principalmente a área estuarina. Ao final, a Eng^a Ligia, destacou ser imprescindível a aprovação do projeto para implantação desta Unidade de Conservação. Em seguida o Presidente abriu a palavra ao plenário, e logo após algumas considerações feitas pelos conselheiros, o Presidente disse que o COMDEMA está de acordo com o projeto apresentado e que a SEMAM pode dar o devido prosseguimento. Nesse momento, o Secretário de Meio Ambiente informou que a Prefeitura Municipal de Santos, pretende também implantar uma outra Unidade de Conservação próxima a uma área de Manguezal. Dando prosseguimento à pauta, o Presidente agradeceu a presença do Secretário de Governo, Eng^o Márcio Lara e de sua equipe técnica como também da equipe técnica da SABESP. Iniciando a apresentação do Programa Santos Novos Tempos, o Secretário Márcio Lara, ressaltou a importância dos Conselhos Municipais para a Administração Municipal, salientando que o plano de governo 2005-2008 previa o estabelecimento de uma rede de colaboração governo/sociedade e que este havia sido cumprido integralmente. Acrescenta que o novo plano de governo, objeto do período eleitoral recém findado, prevê em um de seus seis capítulos o fortalecimento da rede de colaboração mencionada anteriormente. Menciona a importância do COMDEMA no contexto da implementação do item sustentabilidade ambiental do novo plano de governo, e propõe que em uma próxima reunião possa apresentar mais detalhadamente à assembléia do COMDEMA as intenções da administração municipal atinentes ao tema. Inicia a exposição do Programa Santos Novos Tempos destacando tratar-se de um projeto de governo, de Estado. Explica que diversas secretarias municipais encontram-se em trabalho integrado e articulado em função do Programa, que visa fundamentalmente complementar a infra-estrutura da zona noroeste e dos morros de Santos. Explica que a idéia do Programa está em execução desde 2005, quando a Prefeitura iniciou contatos com o Banco Mundial. Pontua que o objetivo da apresentação era o de fornecer elementos aos presentes acerca das características do Programa, bem como de seu andamento atual, além de servir de introdução à apresentação do

Relatório Ambiental do Programa que se seguirá à apresentação em tela. Informa que a apresentação que se fará foi feita pelo Sr. Prefeito à Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, em agosto de 2006, ressaltando que tal Secretaria é responsável pela organização de todos os pedidos de financiamentos externos. Inicia a apresentação com a caracterização do Município de Santos, mostrando sua subdivisão em zonas e bairros, além de informações acerca da urbanização, ligações de água e esgoto, dos canais e rios. Prossegue dando informações acerca do início do adensamento populacional na zona noroeste, ressaltando a preponderante área de mangue na região no início dos anos 1950. Informa que grande parte da zona noroeste encontra-se abaixo do nível do mar, e menciona as áreas da divisa, da Caneleira, do entorno da rua Roberto de Molina Cintra, do canal da rua Jovino de Melo e Saboó, como áreas sujeitas a alagamentos em casos de chuvas fortes e/ou períodos de marés altas, inclusive, em algumas áreas, com interrupção da atividade comercial. Informa que as intervenções principais do Programa Santos Novos Tempos foram articuladas em sintonia com as ações previstas no Plano de Aceleração do Crescimento, o PAC, de forma a integrar as vertentes de macro-drenagem e de obras de contenção nos morros a um plano de intervenções na questão habitacional nas áreas abrangidas pelo Programa. Pontua a atuação Republicana na questão habitacional, salientando que os recursos previstos para financiar o Programa serão oriundos, dos governos Municipal, Estadual e da União, além da complementação através do financiamento que se pleiteia junto ao Banco Mundial. Ressalta a intervenção na área habitacional no Dique da Vila Gilda mencionando que nenhum trecho dessa área deixará de ser contemplado por um dos programas e ações que o Programa Santos Novos Tempos articula. Apresenta em seguida a planta com o projeto urbanístico para o Dique da Vila Gilda, destacando que as casas que hoje encontram-se sobre aterro serão consolidadas em integração com o projeto urbanístico, e as que foram montadas sobre a água serão removidas e as famílias transferidas para os conjuntos habitacionais que o Programa prevê a construção. Prossegue apresentando o que se pretende em intervenções para os Morros de Santos, mencionando o trabalho de planejamento efetuado pelo IPT, onde se mapeou todas as áreas de riscos nos morros, categorizando-se as áreas de intervenção mais prementes. Prossegue frisando que o Programa Santos Novos Tempos objetiva, *stricto sensu*, habilitar a Zona Noroeste e os Morros de Santos a oferecer qualidade de vida adequada à sua população, e, ao mesmo tempo, inserindo essas regiões, em equivalência às demais áreas do município, no processo fomentador de desenvolvimento econômico e social do município. Apresenta quadro de previsão de investimentos para a implementação do Programa, mostrando trata-se de montante de 88 milhões de dólares, dos quais, 44 milhões de contrapartida serão em grande parte custeados pelos recursos oriundos do PAC, e o restante será financiado pelo Banco Mundial. Em seguida apresenta os sub-componentes do item Desenvolvimento Econômico e Institucional, quais sejam: desenvolvimento econômico; modernização institucional administrativa e financeira; assistência técnica para implementação do Programa; revitalização urbana e inclusão social. Destaca que dentro do sub-componente desenvolvimento econômico, se prevê a contratação de uma avaliação ambiental estratégica do plano de desenvolvimento sustentável. Salienta que esta avaliação transcende o Programa na medida em que vincula-se a um programa do governo federal denominado gestão territorial integrada, onde, além dos governos estadual e federal, participam diversos municípios da região metropolitana da Baixada Santista. Informa que a contratação da avaliação está prevista para o início de 2009 com um custo estimado de 500 mil dólares. Prossegue mencionando que o programa prevê a expansão da rede infovia para a zona noroeste, salientando que esta rede trata-se de cabeamento de fibra ótica com banda passível de até 10Gbps, com o objetivo principal de integrar os aproximadamente 250 endereços de equipamentos municipais além da oferta de serviços de tecnologia da informação para a população da região. No sub-componente modernização institucional, relata que se prevê mapeamento de macro-processos e dimensionamentos de quadros profissionais da Prefeitura. Prossegue ressaltando que o programa prevê a articulação de equipe multidisciplinar da Prefeitura para dar otimização ao trabalho hoje já realizado de controle de ocupações de habitações subnormais. Salientando a inauguração recente do Centro Público de Emprego Trabalho e Renda, destaca que o Programa Santos Novos Tempos, em seu eixo que articula questões sociais e de desenvolvimento econômico, prevê-se a criação de um Sistema Público de Emprego Trabalho e Renda. Passa ao sub-componente de assistência técnica para a implementação do Programa, destaca a contratação de auditoria independente para garantir um bom uso dos recursos. Passando para o próximo

componente, destaca entre as intervenções previstas: regularização fundiária, reassentamentos, implantação de sistema de macro-drenagem, implantação de reservatório de águas pluviais, desassoreamento de rios, instalação de centro de controle operacional informatizado, recuperação de praças, parques (programa Santos Verde) e equipamentos públicos, implantação de planos de redução de riscos geológicos de encostas e supervisão das obras. Encerra sua apresentação comunicando aos presentes que a próxima fala será feita pelo Sr. Luiz Eduardo, da consultora Cobrape, contratada por licitação pela Prefeitura Municipal de Santos e que, neste momento, apresentará um resumo do estudo ambiental solicitado pelo Banco Mundial. Toma a palavra então o Sr. Luiz Eduardo, que inicia explicando que o Relatório Ambiental que apresentará é parte integrante de um processo de negociação junto ao Banco Mundial visando o financiamento do Programa Santos Novos Tempos. Pontua que os termos de referência que nortearam o presente trabalho foi apresentado e aprovado pelo COMDEMA em 26/03/2008, e que não tratava-se, por ora, da apresentação do EIA/RIMA, mas de apresentar um relatório ambiental que origina-se de uma exigência específica do Banco Mundial sobre questões globais e fundamentais do Programa, justificando a viabilidade sócio-ambiental dos impactos gerados pela implementação das intervenções. Neste sentido, prossegue, diz que os projetos financiados pelo Banco Mundial devem atender ao que se chama de “políticas de salvaguarda”. Afirma que a elaboração do relatório que ora apresenta foi feita entre março e setembro do corrente ano, tendo seu início logo após a aprovação dos termos de referência por parte do COMDEMA. Explica que a estrutura geral do RAA que apresenta, por seguir estritamente as diretrizes do Banco Mundial, apresenta características um tanto diversas das habitualmente utilizadas no Brasil e apresenta seus itens principais: caracterização regional, marco legal e institucional, descrição do programa, caracterizações específicas das intervenções do programa, avaliação ambiental, medidas mitigadoras e o plano de gestão ambiental. Informa que o Banco Mundial considera o Programa Santos Novos Tempos como sendo um programa de categoria “A”, dada a complexidade de suas intervenções e seus possíveis impactos ambientais decorrentes. Prossegue, pontuando quais foram as políticas de salvaguarda que o Programa Santos Novos Tempos acionou no Banco Mundial dadas as suas características, são elas: avaliação ambiental dos *habitats* naturais; recursos físicos e culturais e reassentamentos involuntários. Destaca que faz parte do Relatório Ambiental um anexo específico acerca da legislação (municipal, estadual e federal) pertinente. Prosseguindo, inicia sua explanação sobre a avaliação ambiental dos impactos. No item macro-drenagem, salienta a previsão de comportas e estações elevatórias em algumas ruas da Zona Noroeste de Santos, instalação de galerias e de um reservatório de águas pluviais na Caneleira, desassoreamento do rio São Jorge. Os principais impactos ambientais positivos, prossegue, são: isolamento dos canais, esgotamento das águas pluviais, melhoria das condições físicas e hidráulicas, melhorias sanitárias, diminuição da evolução de erosão das margens, remoção do lodo do rio São Jorge propiciando as funções hidro-dinâmicas deste canal. Em seguida, apresenta os impactos gerais: redução da poluição visual, melhoria das condições gerais de salubridade, geração de emprego durante as obras, incremento dos recursos públicos, diminuição dos problemas causados por enchentes, valorização imobiliária dos terrenos da região, qualidade de vida e atração de investimentos em geral. Passa então a considerar os impactos negativos: supressão localizada de vegetação na rua Alberto de Molina, interferência na fauna aquática sobretudo no rio São Jorge, incômodo à população durante as obras e transtornos durante as obras, como poeira, barulho, etc. Prossegue para o item Regularização Fundiária elencando os núcleos beneficiados: Caminho São Sebastião, Caminho da Divisa e Caminho da Capela. Voltando aos impactos positivos, destaca como mais importantes, a remoção das palafitas, a melhoria das condições de habitabilidade e das condições sanitárias em geral. Prossegue salientando como impactos também positivos: melhoria da qualidade de vida, ampliação da oferta de serviços públicos, valorização imobiliária, melhoria de indicadores de segurança, saúde, nutrição, etc, melhoria das condições sócio-econômicas da população e geração de empregos diretos e indiretos. Retornando aos impactos negativos, elenca: transtorno pelas obras, aumento dos custos familiares para manutenção da infra-estrutura individual e coletiva, modificações dos hábitos em relação ao convívio social, alteração da micro-economia local, atração de novas ocupações para áreas desocupadas e aumento da demanda por serviços públicos. Prossegue pontuando os impactos positivos relativos às intervenções nos morros de Santos: diminuição imediata dos riscos de deslizamentos, aumento da sensação de segurança da população, erradicação de riscos geotécnicos e de erosão, conscientização da

população da relevância do sistema de comunicação com a Defesa Civil acerca dos riscos geotécnicos, melhoria do transporte público, aumento da qualidade de vida, acessibilidade, etc. Quanto aos impactos negativos, prossegue: alterações estético paisagísticas, riscos de acidentes durante a execução das obras e demais impactos decorrente da situação de obras. Passa então a elencar uma síntese das medidas mitigadoras, apresentando: disposição adequada do lodo, dos rejeitos excedentes de solo, recomposição e proteção das áreas afetadas, adequação paisagística e ambiental e o plantio de exemplares nativos, ações de comunicação social, contratação de pessoal local, estímulo à contratação de empresas locais, planejamento de obras e adoção de procedimentos de segurança, operação e manutenção periódica das comportas, proteção e preservação da vegetação e adoção do Manual Ambiental de Construção. No quarto item da pauta, o Presidente mencionou as correspondências recebidas pela secretaria do COMDEMA, e a Secretária Margareth desculpou-se pela publicação errada do Edital de Convocação, do item 2. No último item da pauta, não houve comentários do plenário. Nada mais havendo a ser tratado, a reunião foi encerrada. Para a lavratura da presente ata que lida e achada exata, vai assinada por mim, Margareth Santiago Ferreira – Secretária e pelo Presidente Reynaldo Eduardo Young Ribeiro.

REYNALDO EDUARDO YOUNG RIBEIRO
Presidente

MARGARETH SANTIAGO FERREIRA
Secretária